OS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

Hedickleya de Oliveira Almeida da Silva[1]

Maria José de Jesus Alves Cordeiro[2]

[1]Estudante do curso de Pedagogia da UEMS, Unidade Universitária de Dourados;

edicleiaa@yahoo.com.br

Bolsista do PIBIC/AF

[2]Professora do curso de Pedagogia da UEMS, Unidade Universitária de Dourados;

maju@uems.br

Área de conhecimento do CNPq: Ciências Humanas

Resumo:

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar e analisar nos Projetos Pedagógicos-PPs dos cursos de Pedagogia ofertados no período de 1996 a 2009 nas Unidades Universitárias de: Ivinhema, Maracaju, Dourados, Campo Grande e Paranaíba da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, as políticas e formas de ingresso oferecidas, as ações de permanência e os desafios encontrados para criar e implementar as propostas de inclusão contidas nos PPs, caso existam. A metodologia utilizada consistiu na aplicação de um questionário online para os coordenadores anteriores e atuais dos cursos de Pedagogia nas diferentes unidades universitárias da UEMS, análise dos PPs e da legislação. Os cursos de Pedagogia da UEMS passaram por várias reformulações, desde a primeira implantação até os dias atuais, visando sempre a melhoria do curso, do Projeto Pedagógico e da qualidade do ensino oferecido. Atualmente a UEMS oferece quatro cursos de Pedagogia e cada um possui um Projeto Pedagógico diferenciado, mas todas contemplam disciplinas com propostas específicas para desenvolver no acadêmico e futuro docente uma postura de respeito frente ao "outro".

Palavras-chave: Projeto Pedagógico. Pedagogia. Inclusão.

Introdução

A presente pesquisa versa sobre os Projetos Pedagógicos-PPs dos cursos de Pedagogias das Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, ofertados de 1996 até 2009, aponta as políticas e as formas de ingresso oferecidas, as ações de permanência realizadas e os desafios encontrados no momento de criação e implementação das propostas de inclusão. Para isso, foi realizado um estudo das resoluções

do Conselho Universitário-COUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE (COUNI/CEPE) e de todos os PPs dos cursos de Pedagogias já ofertados pela UEMS.

Os Projetos Pedagógicos pesquisados oferecem disciplinas que englobam o assunto tais como: Educação e Diversidade Cultural; Seminário Temático I e II; Educação e Diversidade Étnico-racial; Educação Escolar Indígena; Educação não Formal; Movimentos Étnicos e Educação, resultado com certeza da aprovação do regime de cotas para negros e indígenas na UEMS em vigor desde 2003.

No que se refere às pessoas com deficiências, existe na grade curricular de cada curso de Pedagogia, disciplinas que abordam o tema, as quais recebem denominações tais como: Educação Especial e Inclusiva na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Tópicos em Educação Especial; Educação Especial; Educação Inclusiva; Práticas em Educação Especial; Metodologia e Fundamentos em Libras.

Materiais e Métodos

A pesquisa teve inicio com a realização de leituras e fichamentos mantidos durante toda pesquisa. Com base nas leituras, orientações, análise feita nos PPs e nas resoluções, foi elaborado um questionário e enviado online aos docentes que exerceram a função de coordenadores nos cursos de Pedagogia da UEMS nas Unidades de: Ivinhema, Maracaju, Paranaíba, Campo Grande e Dourados durante o período da pesquisa. Segundo Chizzotto (2001), o questionário é constituído por um conjunto de questões pré-elaboradas, dispostas em itens que constituem a pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas sobre o assunto.

No setor de Assessoria Institucional de Legislação e Normas – AILEN foram colhidas informações sobre aspectos legais e PP, com o fito de identificar quais as alterações ocorridas desde a criação do primeiro curso de Pedagogia da UEMS até os dias atuais. O questionário aplicado nos meses de março e abril buscou detectar se houve discussão sobre as políticas de acesso e de integração dessas minorias no ambiente da universidade durante a elaboração dos PPS.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos através do questionário apresentam os seguintes dados:

A coordenadora do curso de Pedagogia da unidade de **Ivinhema** afirma que durante sua gestão **não** houve mudanças no PP e que no momento de implantação do curso **não** houve a preocupação em criar ações de inclusão, pois: o curso de Pedagogia foi implantado em 1994 e no Brasil, a proposta de inclusão social dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais - PNEE's só foi legalmente assegurada em dezembro de 1996. Segundo a mesma foi também quase uma década após a promulgação da LDBEN 9.394/96, que a questão dos indígenas e negros começa a surgir e se impor como parte integrante da educação no Brasil.

Relata ainda que para suprir a falta de disciplinas específicas no currículo, as ações realizadas no curso de Pedagogia foram projetos de ensino visando oferecer conteúdos relativos aos PNEE's. Segundo ela o currículo foi planejado em forma de projeto de ensino incluindo essas ações. O PP de Pedagogia foi elaborado apenas pelos docentes e todos foram favoráveis a incluir no currículo as ações de inclusão.

Segundo a coordenadora do curso de Pedagogia de **Maracaju** durante sua gestão ocorreram duas reformulações no PP, uma em 2004 e a outra em 2008. Segundo ela no momento de implantação do curso havia **sim** a preocupação em criar ações de inclusão, e foram inseridas na grade curricular disciplinas que contemplam a diversidade cultural. Informa ainda que o PP implantado em 2008, foi discutido com a finalidade de atender as necessidades locais e regionais do aluno trabalhador, oriundo dos assentamentos e das aldeias indígenas. Segundo ela o currículo foi planejado em forma de disciplinas incluindo essas ações. O PP foi elaborado com a participação de docentes e discentes, todos foram favoráveis a incluir no currículo ações de inclusão.

De acordo com o coordenador do curso de Pedagogia de **Paranaíba** durante sua gestão **não** houve mudança no PP e que no momento de implantação do curso **não** houve preocupação em criar ações de inclusão, pois já havia na Universidade a definição de ações de inclusão por meio de cotas para os negros e índios. Este declarou que as ações de inclusão foram elaboradas em forma de cotas para índios e negros. Segundo ele o currículo foi planejado em forma de disciplina e o PP foi elaborado com a participação dos docentes, técnicos e alunos, e todos foram favoráveis a incluir no currículo as ações de inclusão.

De acordo com a coordenadora do curso de Pedagogia de **Campo Grande**, durante sua gestão **não** houve mudança no PP e que no momento de implantação do curso havia **sim** a preocupação em criar ações de inclusão, pois na matriz curricular do curso está previsto diversas Unidades de Estudos que debatem os diferentes processos de escolarização dos sujeitos na temática da diversidade. A mesma alega que o Projeto está estruturado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN da Pedagogia, que o currículo foi planejado

em forma de módulos e unidades de estudos sendo o PP elaborado com a participação dos docentes e alunos, e que todos foram favoráveis a incluir no currículo as ações de inclusão.

De acordo com a coordenadora do curso de Pedagogia de **Dourados**, durante sua gestão **não** houve mudança no PP de Pedagogia e que no momento de implantação do curso havia **sim** a preocupação em criar ações de inclusão, pois o curso de Pedagogia de Dourados foi criado após a implantação da LDBEN 9.394/96, e nesse contexto as discussões em relação ao tema estudado foram bastante intensas. Declarou ainda que o foco principal da discussão foi o portador de necessidades educacionais especiais e o aluno indígena. Segundo ela o currículo foi planejado em forma de disciplinas e o PP elaborado com a participação apenas dos docentes e todos foram favoráveis a incluir no currículo as ações de inclusão.

Já a coordenadora atual do curso argumenta que durante sua gestão **não** houve mudança no PP e que no momento de implantação do curso havia **sim** a preocupação em criar ações de inclusão, pois de acordo com as discussões da época, a preocupação principal foi de atender a legislação e as recomendações das DCN da Pedagogia aprovadas em 2006, mas que até hoje só existe as cotas para negros e indígenas que são institucionais. De acordo com a mesma o currículo foi planejado em forma de disciplinas e o PP foi elaborado com a participação apenas dos docentes, mas que nem todos os docentes concordavam na época em incluir no currículo de forma explícita ações de inclusão.

Os cursos de Pedagogia da UEMS passaram por várias reformulações, visando a melhoria do Projeto Pedagógico e da qualidade do ensino oferecido. Adequou-se o quadro curricular de acordo com as DCN de Pedagogia, passando a ser operacionalizado por núcleos de conhecimentos. Para Brzezinski:

> [...] os eixos curriculares deverão orientar a organização curricular, com o intuito de descartar as tradicionais matrizes curriculares que fragmentam o conhecimento em disciplinas teóricas e práticas, com suporte na matriz positivista do conhecimento e na racionalidade técnica. [...] Brzezinski (in: MONTEIRO e MULLER, 2006. P.40).

Os cursos de Pedagogia da UEMS já avançam num modelo de currículo que aborda a questão da minoria excluída socialmente. Embora timidamente já tem um currículo que caminha respeitando a política de ação afirmativa existente, porque já traz em seu contexto, disciplinas que possibilitam esses estudos, abordando a questão da deficiência, do ensino de Libras, da diversidade cultural, da educação indígena, educação do campo, educação de fronteiras, educação de jovens e adultos, questões de gênero, raça e etnia.

Essas disciplinas visam levar o acadêmico a refletir sobre as diversidades e compreender o processo histórico incluindo a contribuição dos escravos e indígenas para a nossa sociedade.

> A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. (PARECER 003/2004. P. 13).

De acordo com o parecer já citado é preciso que o docente conheça e valorize a cultura dos negros, respeite sua história, suas crenças, seus hábitos e costumes e, para isso, o profissional deve ter uma base sólida de conhecimentos e uma visão que considere a diversidade como algo inerente a todos, inclusive à sua própria pessoa, respeitando as pessoas que apresentam necessidades educativas especiais, os que ao seu olhar são diferentes em termos de gênero, raça e etnia, dentre outros. Isso o levará a compreender a inclusão como um princípio do trabalho educativo em direção a uma práxis transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a desmistificação dos mitos e preconceitos. De acordo com o parlamentar César Callegari:

> [...] É o tipo de mudança mais difícil que há, mudar valores, compromissos, relações, porque as mudanças administrativas até podemos fazer, mas mudar todo um conjunto de relações, hábitos, pensamentos arraigados, isso é difícil. [...]. (CHAMBOULEYRON, 2001. P. 81).

É o que pode ser constatado através dos depoimentos. Toda mudança ocorrida foi para atender as exigências e não por existir uma conscientização sobre a real situação dos grupos que sempre esteve em desvantagem na sociedade. Essa mudança de valores é necessária, pois a prática de invisibilização está tão impregnada na sociedade, que esta não consegue ver o outro como cidadão completo.

Conclusões

Concluímos a partir dos depoimentos dos coordenadores, que a preocupação era de cumprir as exigências impostas pelas DCN e não a preocupação com a inclusão,ou seja, apenas se adequar a lei. Respeitar as diferenças implica numa mudança de atitudes e de valores, não basta reconhecer a diversidade, este reconhecimento precisa estar acompanhado por políticas de respeito aos diferentes e uma mudança de atitudes frente a eles. Apenas quando for concretizada de fato a conscientização desses profissionais é que vai haver a mudança necessária na educação e na sociedade.

No total a UEMS ofertou até o ano da pesquisa, 2009, 27 vezes o cursos de Pedagogia, sendo: 5 em Ivinhema, formando 116 pessoas, sendo 96 mulheres, 20 homens; em Maracaju foram 11 cursos, formando 209 acadêmicos, sendo 189 mulheres, 20 homens; em Paranaíba foram 7 e formando 96, sendo 88 mulheres, 8 homens. Em Campo Grande e

Dourados foram 2 turmas, mas não houve egressos até o momento. Até 2003, não tem como saber quantos negros e indígenas ingressaram ao curso. A partir de 2004 com a implantação das cotas é possível identificar os que se auto-declaram. Na unidade de Maracaju foram ingressos 36 negros e 17 indígenas, destes apenas 3 negros concluíram o curso até o ano de 2009. Na unidade de Paranaíba ingressaram 38 negros, destes 10 já concluíram o curso. Nesta unidade não houve ingresso de indígenas.

Em relação ao deficiente não tivemos como identificar, pois nas matrículas e atas de resultados finais não existe a especificação do aluno com algum tipo de deficiência.

Os cursos de Pedagogia ofertados hoje pela UEMS procuram somar esforços para fortalecer sua missão, em direção a uma educação de qualidade para todos. A mudança nos currículos provavelmente já é uma conseqüência da implantação das cotas. Possivelmente se estas não existissem os PPs ainda continuariam nas versões anteriores, ou mesmo sofrendo modificações que em nada acrescentariam para a formação cidadã que o novo milênio exige quando se trata das relações humanas, sociais, raciais e de trabalho.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPQ e a UEMS pela oportunidade que me concederam, agradeço aos funcionários da UEMS que colaboraram com a minha pesquisa e aos coordenadores que responderam ao questionário e se dispuseram a colaborar no que fosse preciso.

Referências

BRZEZINSKI, Iria. Políticas de formação de pedagogos e as novas diretrizes curriculares nacionais: embates, contradições e ações: In: MONTEIRO e MULLER, 2006. P.40.

CHAMBOULEYRON, Ivan. Fórum de Reflexão Universitária – Unicamp: mais vagas com qualidade- O desafio do ensino público no Brasil/organizador: Ivan Chambouleyron. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências humanas e Sociais. 7.Ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

PARECER N.º: CNE/CP 003/2004. Aprovado em: 10/3/2004